



GT 23. Ciganos em uma perspectiva antropológica

Coordenador(es):

Mirian Alves de Souza (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Sessão 2

Debatedor/a: Felipe Berocan Veiga (UFF - Universidade Federal Fluminense)

A reflexão sobre o tema dos ciganos tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e no Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados por diversas imaginações étnicas e nacionalistas; e indagando o papel da produção antropológica na mediação entre os sujeitos estudados e as esferas públicas, o GT pretende fomentar um campo de interlocução em uma perspectiva antropológica e etnográfica, especialmente no Brasil. Para esta edição, as coordenadoras e debatedores propõem apresentar um balanço do campo de estudos nos últimos anos, focalizando a produção acadêmica que passou pelas edições do GT, e que foram elaboradas em diálogo e no âmbito de diferentes programas de pós-graduação na área de antropologia e das ciências sociais, núcleos de pesquisa, laboratório e redes científicas, associações ciganas, organizações não governamentais, e diferentes esferas do estado e da sociedade.

Os ciganos na região Sul do Brasil e as demandas por Direito: investigando a partir da imprensa e dos órgãos públicos

Autoria: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Mércia Rejane Rangel Batista (PPGCS/UFCG) Wchaya Adlin Borges Siqueira (Bolsista PIBIC/UFCG)

O work explora a presença/ ausência da temática cigana nas matérias em alguns jornais da região sul do Brasil. A pesquisa qualitativa e exploratória identificou as publicações das atividades apresentadas pelas páginas oficiais dos órgãos (Ministério Público Federal e Estadual), buscando compreender rotinas, procedimentos e os efeitos da ação estatal, pois o Estado brasileiro é um ator significativo e tem realizado suas ações visando atender / responder / propor pautas para os grupos ciganos localizados na região sul do Brasil. Em conjunto, realizou-se também mapeamento de questões colocadas por ciganos, bem como outros atores (intelectuais ativistas, membros de organizações não-governamentais, interessados), pensadas como instrumentos de defesa e divulgação dos direitos ciganos (com ênfase nas chamadas Cartilhas). Partindo do marco da promulgação da Constituição Federal do Brasil (1988), pretende-se identificar reflexos das políticas públicas promovidas, especialmente a partir do início do século XXI, com a criação de uma rede de atores de destaque que geram uma agenda específica, que muitas vezes é representada por uma repetição de pautas e ações propostas, possivelmente indicando entraves em se tornar efetiva a atuação dos agentes públicos. Essa pesquisa soma-se ao esforço que vem sendo realizado, a partir dos projetos desenvolvidos no âmbito do



Programa PIBIC-UFCG, o que nos propiciará uma visão da situação no âmbito de todo o território nacional.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: